

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA**  
2 **CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA**  
3 **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos quatro dias do mês de maio do ano de  
4 dois mil e vinte e um, às quinze horas, reuniu-se virtualmente a Câmara de Administração do  
5 Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do Magnífico  
6 Reitor da Universidade, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e  
7 com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Alexandre Leite  
8 Rodrigues de Oliveira, Amanda Carvalho Maia, Anna Victória dos Reis, André Martins  
9 Biancarelli, Angel Pontin Garcia, Antônio Gonçalves de Oliveira Filho, Edson Tomaz,  
10 Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Sarti, Francisco Haiter Neto, Francisco Hideo  
11 Aoki, Heloise Oliveira Pastore, José Alexandre Diniz, José Roberto Ribeiro, Léo Pini  
12 Magalhães, Márcio Alberto Torsoni, Maria Luiza Moretti, Matheus da Silva Marcheti Martins,  
13 Orival Andries Júnior, Osvaldir Pereira Taranto, Pascoal José Giglio Pagliuso, Paulo Régis  
14 Caron Ruffino e Samuel Rocha de Oliveira. Estiveram presentes também os representantes  
15 suplentes docentes Marisa Masumi Beppu e Paulo Cesar Montagner, e a representante suplente  
16 dos diretores de colégios técnicos, Vanessa Petrilli Bavaresco. Como convidados especiais,  
17 compareceram os professores Alberto Luiz Francato, Alberto Luiz Serpa, Ivan Felizardo  
18 Contrera Toro, João Marcos Travassos Romano, Marco Aurélio Zezzi Arruda, Maria Helena  
19 Baena de Moraes Lopes, Mirna Lúcia Gigante, Rodrigo Lanna Franco da Silveira, Rodrigo  
20 Ramos Catharino, Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho e Zigomar Menezes de Souza; a doutora  
21 Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano  
22 Henrique Davoli Finelli, Maria Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva.  
23 Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: André Victor Lucci Freitas, sendo  
24 substituído pelo conselheiro Orival Andries Júnior; Jefferson Cano, sendo substituído pelo  
25 conselheiro Francisco Haiter Neto; e Ignacio Maria Poveda Velasco. Havendo número legal, o  
26 **MAGNÍFICO REITOR** dá início à Trecentésima Sexagésima Sexta Sessão Ordinária da  
27 Câmara de Administração, realizada de forma virtual, que se justifica pela necessidade de  
28 manter o isolamento social diante da pandemia da Covid-19. Solicita a colaboração de todos  
29 para o sucesso da reunião; os microfones, na ausência da fala, estarão silenciados, e o uso da  
30 palavra se dará por ordem de inscrição, pelos titulares, por meio da ferramenta em formato de  
31 mão da plataforma Zoom. Através dela também podem se inscrever para o Expediente, até o  
32 momento da votação da Ata da Sessão anterior. Os conselheiros deverão respeitar o limite  
33 temporal de cinco minutos para Ordem do Dia e três minutos para o Expediente. Em seguida,  
34 dá as boas-vindas à conselheira Sílvia Maria Santiago, que passa a titularidade da representação  
35 docente junto à CAD, em substituição a ele, que assumiu o cargo de Reitor; e ao conselheiro  
36 Léo Pini Magalhães, que passa à titularidade da representação docente junto à CAD, em  
37 substituição ao conselheiro Fernando Antonio Santos Coelho, que assumiu o cargo de Pró-  
38 Reitor de Extensão e Cultura. Também dá as boas-vindas ao conselheiro Márcio Alberto  
39 Torsoni, novo diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas. Informa que está disponível no *site*  
40 da Secretaria Geral o parecer da COP referente ao item 22 da Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-

1 19600/2020 –, que trata da Primeira Revisão do Orçamento 2021, que está destacado  
2 previamente pela Mesa. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Trecentésima Sexagésima  
3 Quinta Sessão Ordinária, realizada em 06 de abril de 2021. Consulta se há observações. Não  
4 havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 03 abstenções. Passa à Ordem  
5 do Dia, com 22 itens, perguntando se há destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro  
6 LÉO PINI MAGALHÃES destaca os itens 05 – Of. CTC-25/21 –, do Colégio Técnico de  
7 Campinas, e 06 – Proc. nº 15-P-14842/2016 –, do Hospital da Mulher “Prof. Dr. José  
8 Aristodemo Pinotti”. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI destaca os itens 10 – Proc.  
9 nº 01-P-7288/1995 –, do Centro de Engenharia Biomédica; e item 13 – Proc. nº 01-P-7897/2020  
10 –, da Diretoria Executiva da Área de Saúde. Não havendo mais destaques, o MAGNÍFICO  
11 REITOR submete à votação todos os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados,  
12 por unanimidade, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: I – A - Regimento  
13 Interno – Para Aprovação – nos termos do artigo 50, inciso I, “I”, dos Estatutos – 01) Proc. nº  
14 32-P-25023/2006, do Centro de Hematologia e Hemoterapia – Proposta de Deliberação CAD  
15 que dispõe sobre o Regimento Interno do Centro de Hematologia e Hemoterapia, revogando a  
16 Deliberação Consu-A-005/2010 – Aprovação pelo Conselho Técnico-Científico em 16.12.20 –  
17 Pareceres PG-711/2021 e CLN-25/21. B - Descontingenciamento de Vaga e Recursos para  
18 Abertura de Concurso Público – Carreira MS – 02) Of. DCM/FCM-13/21 e 15/21, da Faculdade  
19 de Ciências Médicas – Descontingenciamento da vaga nº 240 e respectivos recursos para  
20 realizar a abertura de concurso público para provimento de 01 (um) cargo de Prof. Dr. – nível  
21 MS-3.1 – RTP (com opção preferencial para o RDIDP) – Departamento de Clínica Médica –  
22 em substituição a docente desligado em 01.02.21 – Aprovação pela Congregação em 26.02.21  
23 – Parecer CVD-23/21 e Informação PRDU/GQDOC-20/21. C - Abertura de Processo Seletivo  
24 Sumário para Contratação de Docente – nos termos da Deliberação CAD-A-03/2018 – 03) Of.  
25 FOP-03/21, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Abertura de processo seletivo  
26 sumário para contratação emergencial de 01 (um) Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de  
27 Farmacologia, Anestesiologia e Terapêutica – Departamento de Biociências – por 365 dias ou  
28 até que se realize concurso público para provimento de cargo de Prof. Dr., o que ocorrer  
29 primeiro – Aprovação pela Congregação em 28.04.21 – Parecer CVD-24/21, Informação CVD-  
30 27/21 e Informação PRDU-04/21. 04) Of. Dir-IEL-01/21, do Instituto de Estudos da Linguagem  
31 – Abertura de processo seletivo sumário para contratação emergencial de 01 (um) Prof. Dr. –  
32 nível MS-3.1 – RTP – áreas de Ensino de LE/L2 e Multiculturalismo – Departamento de  
33 Linguística Aplicada – por 365 dias ou até que se admita a candidata aprovada em concurso  
34 público, objeto do proc. nº 21-P-12427/2019, o que ocorrer primeiro – Aprovação pela  
35 Congregação em 18.02.21 – Parecer CVD-25/21 e Informação PRDU/GQDOC-31/21. F -  
36 Congregação – Para Homologação – nos termos da Resolução GR-91/2020 – 07) Proc. nº 05-  
37 P-15146/1999, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Eleição da  
38 representação discente (graduação em Arquitetura e Urbanismo), realizada nos dias 22 a  
39 26.03.21 – Homologada pela Congregação em 05.04.21. 08) Proc. nº 29-P-2736/2019, da  
40 Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Eleições da representação docente (níveis

1 e bancada geral) e da representação dos servidores técnicos-administrativos, realizadas nos dias  
2 16 a 18.03.21 – Homologada pela Congregação em 29.03.21. 09) Proc. nº 08-P-14836/2001,  
3 do Instituto de Física “Gleb Wataghin” – Eleições da representação docente (níveis, bancada  
4 geral e complementar), e da representação dos servidores técnicos-administrativos, realizadas  
5 nos dias 18 e 19.03.21 – Aprovada pela Congregação em 09.04.21. 11) Proc. nº 01-P-  
6 14473/1995, do Centro de Estudos de Línguas - Prestação de contas da área de prestação de  
7 serviços “Laboratório de Línguas”, relativa ao exercício de 2019 – Aprovação pelo Conselho  
8 Deliberativo do CEL em 19.02.21. H - Convênios, Contratos e Termos Aditivos - Para  
9 Homologação da Aprovação Ad Referendum do Reitor – 12) Proc. nº 27-P-19761/2019, do  
10 Hospital da Mulher “Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti” – Convênio nº 428/2019 – Partes:  
11 Unicamp e Secretaria de Estado da Saúde – Executores: Luis Otavio Zanatta Sarian, João  
12 Renato Bennini Junior e Adriano Rogério Gozzi – Data de Assinatura: 19.09.19 – Vigência:  
13 31.12.21 – Recursos: R\$150.000,00 – Resumo do Objeto: Transferência de recursos financeiros  
14 para ocorrer despesas com Custeio – Aquisição de medicamentos quimioterápicos para a  
15 Oncologia-Caism, nos termos do Plano de Trabalho – Parecer: Cacc. 14) Proc. nº 02-P-  
16 24546/2019, da Faculdade de Ciências Médicas – Convênio de Cooperação – Partes: Unicamp  
17 e Centro Infantil de Investigações Hematológicas Dr. Domingos A. Boldrini – Executores:  
18 Ricardo Mendes Pereira e Thiago Martins Santos – Data de Assinatura: 19.02.20 – Vigência:  
19 24 meses a partir de 02.03.20 – Recursos: Conforme Cláusula Segunda – Do valor da bolsa,  
20 responsabilidade e condições de pagamento – Resumo do Objeto: Cooperação entre as partes  
21 para a administração de recursos para pagamento de bolsas de estudo e auxílio-moradia para  
22 médicos residentes vinculados aos Programas de Residência Médica em Cancerologia  
23 Pediátrica (04 bolsas e 04 auxílios-moradia) e Hematologia e Hemoterapia Pediátrica (01 bolsa)  
24 da FCM, com campo de atividade prática nas instalações do Boldrini – Parecer: Cacc. 15) Proc.  
25 nº 01-P-20183/2019, do Grupo Gestor de Benefícios Sociais – Instrumento Particular de  
26 Convênio – Partes: Unicamp e Banco Safra S.A. – Executores: Airton Lourenço e Marcos  
27 Zanatta – Data de Assinatura: 30.01.20 – Vigência: 05 anos – Resumo do Objeto: Concessão  
28 de empréstimos a servidores da Unicamp por meio de cédulas de crédito bancários ou de  
29 contratos de empréstimo pessoal, mediante pagamento via desconto em folha de pagamento dos  
30 servidores – Parecer: Cacc. 16) Proc. nº 15-P-24502/2019, do Hospital de Clínicas – Convênio  
31 nº 893/19 – Partes: Unicamp e Estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Estado da  
32 Saúde – Executores: Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, José Roberto Matos Souza e Plinio  
33 Trabasso – Data de Assinatura: 26.11.19 – Vigência: 31.12.21 – Recursos: R\$100.000,00 –  
34 Resumo do Objeto: Transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio –  
35 Material de consumo, conforme Plano de Trabalho – Parecer: Cacc. 17) Proc. nº 15-P-  
36 20463/2019, do Hospital de Clínicas – Convênio nº 883512 – Partes: Unicamp e União, por  
37 intermédio do Ministério da Saúde – Executores: Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, José  
38 Roberto Matos Souza e Plinio Trabasso – Data de Assinatura: 19.12.19 – Vigência: 12.11.21 –  
39 Recursos: R\$200.000,00 – Resumo do Objeto: Aquisição de equipamento e material  
40 permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde, visando o fortalecimento do

1 SUS, conforme Plano de Trabalho – Parecer: Cacc. 18) Proc. nº 15-P-25055/2019, do Hospital  
2 de Clínicas – Convênio nº 1185/2020 – Partes: Unicamp e Estado de São Paulo, através de sua  
3 Secretaria de Estado da Saúde – Executores: Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, José Roberto  
4 Matos Souza e Plínio Trabasso – Data de Assinatura: 14.04.20 – Vigência: 31.12.21 – Recursos:  
5 R\$350.000,00 – Resumo do Objeto: Transferência de recursos financeiros para ocorrer  
6 despesas com Custeio – Aquisição de medicamento para o Hospital de Clínicas da Unicamp,  
7 conforme Plano de Trabalho – Parecer: Cacc. 19) Proc. nº 15-P-9883/2020, do Hospital de  
8 Clínicas – Convênio nº 1410/2020 – Partes: Unicamp e Estado de São Paulo, através de sua  
9 Secretaria de Estado da Saúde – Executores: Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Plínio  
10 Trabasso e Rodrigo Bueno de Oliveira – Data de Assinatura: 28.07.20 – Vigência: 03 meses –  
11 Recursos: R\$6.405.000,00 – Resumo do Objeto: Transferência de recursos financeiros para  
12 ocorrer despesas com Custeio – Aquisição de medicamentos e materiais médico hospitalares, e  
13 Investimento – Aquisição de equipamentos para 30 leitos de UTI, para o enfrentamento da  
14 Covid 19, conforme Plano de Trabalho – Parecer: Cacc. 20) Proc. nº 15-P-5799/2020, do  
15 Hospital de Clínicas – Termo de Cooperação Técnica – Partes: Unicamp e Companhia Paulista  
16 de Força e Luz – CPFL – Executores: Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Rodrigo Bueno de  
17 Oliveira e Plínio Trabasso – Data de Assinatura: 23.04.20 – Vigência: 12 meses – Recursos:  
18 Conforme Cláusula Segunda – Valor do Termo de Cooperação Técnica – Resumo do Objeto:  
19 Implementação de Projeto de Eficiência Energética nas dependências da unidade consumidora  
20 de responsabilidade da Cooperada nº 10575154, com recursos financeiros oriundos do  
21 Programa de Eficiência Energética – PEE. O presente projeto prevê a implementação de ações  
22 de eficiência energética em usos finais de energia elétrica na central de água gelada do hospital,  
23 através de automação e substituição de motores existentes, por meio de solução da empresa  
24 Microblau Controles e Automação – Parecer: Cacc. 21) Proc. nº 15-P-15846/2020, do Hospital  
25 de Clínicas – Termo de Compromisso e Adesão – Partes: Unicamp e Sociedade Beneficente de  
26 Senhoras Hospital Sirio-Libanês – Executores: Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Rodrigo  
27 Bueno de Oliveira e Plínio Trabasso – Data de Assinatura: 13.02.2020 – Vigência: 31.12.2020  
28 – Resumo do Objeto: Adesão ao Projeto “Lean nas Emergências do SUS” do Ministério da  
29 Saúde, desenvolvido por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS  
30 - Proadi/SUS, executado em parceria com o Hospital Sírio-Libanês. O projeto visa reduzir a  
31 superlotação e o tempo de permanência dos pacientes nas Emergências/Urgências – Parecer:  
32 Cacc. O MAGNÍFICO REITOR passa aos itens 05 – Of. CTC-25/21 –, do Colégio Técnico de  
33 Campinas, que trata do aproveitamento de processo seletivo sumário (Proc. nº 12-P-  
34 22007/2019) para contratação emergencial de um docente em fila de classificação, nível inicial  
35 da Carreira MST, jornada de 40 horas semanais, para o Departamento de Enfermagem, em  
36 substituição a docente que usufruirá de períodos de férias e licenças-prêmio a partir de 19.04.21  
37 e posterior aposentadoria; e 06 – Proc. nº 15-P-14842/2016 –, do Hospital da Mulher “Prof. Dr.  
38 José Aristodemo Pinotti”, que trata de descontingenciamento de recursos no valor de  
39 R\$2.477,37 para realizar a extensão de jornada de trabalho de 30 para 40 horas semanais da  
40 servidora Carolina Matida Gontijo Coutinho, médica em Medicina Intensiva, referência S1-B.

1 Os destaques são do professor Léo Pini. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz, com  
2 relação ao item 05, que é uma contratação emergencial pelo Cotuca, que na documentação não  
3 percebeu por quanto tempo está sendo proposta essa contratação emergencial. Nos itens 03 e  
4 04, já aprovados, fica claramente estabelecido que essa contratação emergencial proposta é por  
5 um período máximo de um ano. Sentiu falta dessa informação no item 05, mas pode ser que  
6 não tenha percebido na documentação. O MAGNÍFICO REITOR solicita que a professora  
7 Vanessa, diretora do Cotuca, forneça o esclarecimento. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO  
8 RIBEIRO diz que a professora Vanessa está em contato com ele via Whatsapp; ela perdeu a  
9 conexão e não está conseguindo retornar. Enquanto isso, pode fazer algum comentário a  
10 respeito do item 05. A motivação é o pedido da atual docente para usufruir de férias e licença-  
11 prêmio, seguidas de aposentadoria. Está lendo a documentação e ainda não localizou o período  
12 de contratação, mas em geral os processos de contratação temporária têm a duração de um ano,  
13 prorrogáveis por mais um ano, ou até que se realize o concurso de vaga definitiva. Só não  
14 localizou se já foi encaminhado o pedido de vaga no processo seletivo público para substituição  
15 permanente da docente, que deve se aposentar. De qualquer forma, essa contratação só pode  
16 ocorrer após a efetivação da aposentadoria da professora. Por isso a solicitação do Colégio  
17 Técnico de Campinas de que seja aprovado esse pedido de contratação temporária, com  
18 aproveitamento do concurso, para que os alunos não fiquem sem aula. Os colégios têm uma  
19 exigência na legislação de carga horária mínima a ser cumprida, e o corpo docente trabalha com  
20 uma jornada de 70h em sala de aula, ainda que remotamente, portanto não há como o  
21 departamento absorver essas aulas, uma jornada de 40h; estão falando de 28 aulas semanais. O  
22 MAGNÍFICO REITOR confirma que todos esses contratos são por prazo de um ano, renováveis  
23 por mais um. Esse contrato não pode ser por mais de dois anos, e se houver no período algum  
24 concurso definitivo, o contrato temporário é automaticamente encerrado. O Conselheiro LÉO  
25 PINI MAGALHÃES concorda com o que foi esclarecido, de que realmente é necessária  
26 substituição temporária, mas acha que o ideal seria aprovarem pelo período da soma das  
27 licenças. Porque a solicitação de aposentadoria nunca é certa, pode ocorrer algum imprevisto e  
28 a pessoa pode, perfeitamente, desistir da ideia de se aposentar. Imagina que esse período deva  
29 estar dentro de um ano, e se ocorrer alguma dificuldade na contratação, poderia ser solicitada a  
30 extensão pelo prazo legal. Sente-se desconfortável de aprovar em aberto. O MAGNÍFICO  
31 REITOR diz que a professora Vanessa aparentemente conseguiu se conectar; pergunta se ela  
32 deseja acrescentar alguma informação. A Professora VANESSA PETRILLI BAVARESCO diz  
33 que a necessidade do Cotuca é justamente em razão da alta jornada dos professores, por isso a  
34 necessidade de reposição. Sobre o que o professor Léo mencionou agora a respeito do prazo,  
35 caso o docente decida não se aposentar, automaticamente o professor temporário tem o seu  
36 contrato cancelado. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO diz que além de o contrato do  
37 professor substituto, por ser temporário, ser interrompido imediatamente com o retorno do  
38 professor, ao término da licença ou com a interrupção da licença, a realização de um concurso  
39 público para efetivação do novo professor no quadro demanda um processo maior e que não é  
40 possível fazer em pouco tempo de licença-prêmio e de férias; leva no mínimo seis, oito meses

1 o processo. Então, eventualmente três, quatro meses de substituição temporária não seria tempo  
2 hábil para realizar o concurso, todo trâmite de contratação. E estariam, em pouco tempo, tendo  
3 de rediscutir uma prorrogação de contrato, sendo que de praxe já é um contrato válido de um  
4 ano. E daqui a um ano, caso se tenha efetivado a contratação, volta para a CAD discutir, aprovar  
5 a prorrogação desse contrato. Por isso julga importante aprovarem esse pedido do Colégio  
6 Técnico de Campinas. O MAGNÍFICO REITOR observa que aparentemente o problema é a  
7 questão do prazo. Não sabe se é possível, mas talvez possa ser incorporado nesses pareceres  
8 qual é o prazo de licença-prêmio e férias solicitado, para terem uma referência. Mas parece-lhe  
9 que isso tem de ficar meio em aberto, com tempo de contrato entre um a dois anos,  
10 eventualmente pode ser até terminado antes de um ano, se houver um retorno antecipado,  
11 porque existe um grau de indefinição. Não é bem definido esse prazo na decisão do contrato  
12 temporário, até porque a pessoa pode se aposentar imediatamente, e será mantido esse contrato  
13 por até dois anos, se for o caso. Então acha que a ideia é ter um pouco de flexibilidade nessa  
14 decisão, que está limitada pela renovação por no máximo mais um ano. O Conselheiro LÉO  
15 PINI MAGALHÃES diz que, como já frisou, não tem nada contra essa substituição, acha que,  
16 inclusive, faz todo sentido. Considerando que a professora desista de aposentar, o que acha que  
17 não será o caso, mas só como hipótese, realmente a substituição tem de cessar. Mas não quer  
18 colocar isso como óbice, acha que ficando esclarecido que esse é o caso, do seu ponto de vista  
19 fica satisfeito, está esclarecido e pode votar. O MAGNÍFICO REITOR lembra que o processo  
20 atende aos requisitos da legislação da Universidade. Não havendo mais observações, submete  
21 à votação a matéria, que é aprovada com 21 votos favoráveis e 03 abstenções. Passa ao item 06  
22 – Proc. nº 15-P-14842/2016 –, do Hospital da Mulher “Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti”, que  
23 trata do descontingenciamento de recursos no valor de R\$2.477,37 para realizar a extensão de  
24 jornada de trabalho de 30 para 40 horas semanais da servidora Carolina Matida Gontijo  
25 Coutinho, médica em Medicina Intensiva, referência S1-B. O assunto foi destacado pelo  
26 professor Léo Pini. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que também quanto ao mérito  
27 não possui nenhum questionamento; o que o incomoda é que esse processo chegou à CAD com  
28 *ad referendum* da CVND. A CVND não se manifestou, portanto considera que a CAD não pode  
29 se posicionar enquanto não tiver a decisão da CVND. O *ad referendum* tem por objetivo fazer  
30 o processo continuar, mas não a decisão final ser tomada antes de a CVND se manifestar,  
31 porque criam aqui um constrangimento para a CVND, já que decidem e não há mais o que ela  
32 fazer. Então, do seu ponto de vista, há uma falha de encaminhamento, salvo melhor juízo. O  
33 Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que a CVND vai se encontrar na quinta-  
34 feira, quando isso deve ser homologado, e claramente a aprovação da CAD seria condicionada  
35 à aprovação na quinta-feira. Sua dúvida, e talvez seja ignorância sua, é que no quadro de vagas  
36 do Caism consta um saldo disponível de R\$14.153. Os custos dessa extensão de jornada  
37 apontam para R\$40 mil, e não ficou claro para ele se o argumento é que não há aumento de  
38 despesas para a Universidade. Não entendeu se esse saldo disponível é mensal, ou se é saldo  
39 anual, porque nos custos está muito claro que o custo anual é de R\$40.116. Solicita esse  
40 esclarecimento. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que exatamente essa observação

1 do professor Samuel é que lhe faz reiterar a sua questão da falta de análise da CVND. Considera  
2 que todos esses detalhes, se há recursos, como são os recursos etc., vão ser observados para o  
3 posicionamento da CVND, e se a CAD aprovar hoje, não há como voltar atrás, para aprovar  
4 condicionado à CVND. Considera que este é um caso claro de retirada de processo de pauta  
5 para a próxima reunião da CAD, porque se a CAD aprovou está aprovado, a CVND não precisa  
6 mais analisar. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que se trata de um  
7 descontingenciamento do recurso para uma extensão de jornada de trabalho de 30 para 40 horas.  
8 O professor Léo deve estar sabendo do problema em relação a plantonistas, principalmente de  
9 médicos em Medicina Intensiva, da dificuldade que existe de contratar e até de encontrar  
10 médicos de Medicina Intensiva para dar plantão tanto no Hospital de Clínicas como no Caism.  
11 Portanto, consideram que a aprovação de uma jornada para plantão de UTI seria um motivo de  
12 urgência, por isso o *ad referendum*, já que a reunião da CVND vai acontecer na próxima quinta-  
13 feira. Essa médica já está dando plantão e já está fazendo extensão de horas, porque não há  
14 plantonista para cobrir a Unidade de Terapia Intensiva. Então, aqui é um local onde a burocracia  
15 e o andamento normal de um processo esbarram na necessidade e na urgência do trabalho em  
16 terapia intensiva, por isso o *ad referendum* nesse caso. Não aprovar implica que ela não dê o  
17 plantão, e assim o Caism teria de encontrar alguém para dar plantão no lugar dela, o que nem  
18 sempre é tão simples como parece. O MAGNÍFICO REITOR diz que às folhas 07 da pauta tem  
19 um acréscimo da PRDU que informa que após a publicação da lei complementar 173, em  
20 particular nos meses de dezembro a janeiro, houve reduções de jornada com impacto na  
21 movimentação financeira do Hospital da Mulher, e esses recursos são superiores ao montante  
22 envolvido. Então houve previamente uma economia, por uma razão que não está sendo  
23 explicada, mas é um posicionamento da PRDU. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz  
24 que quando leu o processo, ateu-se à questão de que a extensão de 30 para 40h estaria  
25 certamente ligada à situação de emergência, na Unicamp, na cidade, no estado, no país, no  
26 mundo. Solicita ajuda da Procuradoria Geral, pois a decisão da CAD hoje, que estaria colocando  
27 as coisas em uma ordem que não é a correta, a seu ver não pode ser estendida para outros casos,  
28 a menos que fossem casos exatamente relacionados a uma situação de emergência como esta.  
29 Se outro comitê vai se reunir em dois dias, isso é irrelevante sob a ótica do que estão colocando,  
30 pois havendo decisão da CAD eles não vão precisar mais tomar nenhuma decisão. Portanto,  
31 gostaria simplesmente que isso não abrisse um precedente de uma coisa que considera  
32 importante, que é a ordem das apreciações. Quanto ao mérito, reconhece-o totalmente. Precisam  
33 trabalhar para que isso ocorra, mas sem deixar uma brecha para que outros casos, em que não  
34 haja essa emergência, se aproveitem argumentando que nesta Sessão da CAD isso foi feito. A  
35 menos que esteja errado, em uma situação normal deveriam retirar o assunto de pauta e deixar  
36 para a próxima CAD, para que a CVND antes verificasse todos os detalhes. Solicita, então,  
37 algum adendo ao parecer da CAD, de tal forma que seja fechada a possibilidade do uso dessa  
38 decisão em casos que não sejam exatamente iguais a esse. E, se possível, em casos exatamente  
39 iguais a esse, ater-se aos prazos para que isso não aconteça. O Conselheiro PASCOAL JOSÉ  
40 GIGLIO PAGLIUSO diz que, apesar de entender a colocação do professor Léo Pini, o *ad*

1 *referendum* de fato é uma situação excepcional que pode ser utilizada pela presidente da CVD,  
2 neste caso. O *ad referendum* é uma ferramenta que existe para isso, não deve ser uma prática.  
3 Ele por si já é uma excepcionalidade, portanto acha suficiente colocar uma observação no  
4 parecer da CAD aprovando a solicitação, reconhecendo o caráter excepcional e lembrando  
5 que o *ad referendum* deve ser usado somente em situações em que a presidente da CVND julga  
6 ser excepcional. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que continua não  
7 esclarecido sobre a questão do quadro, se o valor de R\$14 mil é o valor mensal ou anual. Existe  
8 uma diferença, apesar da frase que o senhor Reitor leu aqui, levando em conta outras  
9 movimentações, há recursos para fazer essa extensão de jornada sem aumento de despesa da  
10 Unicamp. Mas essa informação em detalhe não foi dada, e nesse aspecto concorda com o  
11 professor Léo Pini que essa análise poderia ser feita pela CVND com mais cuidado. Porém, se  
12 vão analisar aqui, farão o papel exatamente da CVND, por isso precisa ficar claro se esse valor  
13 é mensal ou é um valor anual. O MAGNÍFICO REITOR responde que os R\$40 mil são anuais,  
14 e os R\$14 mil são mensais. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA observa que  
15 então a informação de que não há aumento de despesas não confere; a outra frase,  
16 completamente sem nenhuma cifra, não é suficiente para entenderem que de fato não há  
17 aumento de despesas, de R\$14 mil para R\$40 mil há aumento de despesa para a Universidade.  
18 O MAGNÍFICO REITOR diz que não sabe se está interpretando mal, mas o saldo disponível  
19 tem uma base mensal. O custo é anual, então se multiplicar R\$14 mil por 12, será mais do que  
20 R\$40 mil. O descontingenciamento, que consta às folhas 08, se restringe a R\$2.477,37, e o que  
21 está sendo aprovado efetivamente é esse acréscimo, o descontingenciamento de recursos no  
22 valor de 2.477,37 para realizar a extensão. A Conselheira HELOISE OLIVEIRA PASTORE  
23 solicita outro esclarecimento: a professora Maria Luiza informou que essa situação já vem  
24 acontecendo, que essa médica vem fazendo 40h em vez de 30, ao longo de algum tempo. A  
25 Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que como essa plantonista é médica intensivista,  
26 ela trabalha no rodízio; é diferente do rodízio diário de servidores de outras áreas, de oito horas  
27 por dia, eles trabalham em regime de plantão. Então muitas vezes essa mesma pessoa tem de  
28 cobrir o plantão e estender a sua carga horária. É algo muito comum na área médica estender  
29 plantão, ajudar o colega, substituir alguém que faltou alguém. A Conselheira HELOISE  
30 OLIVEIRA PASTORE pergunta, já que a professora Maria Luiza afirma que é tão comum na  
31 área médica, se essa situação não pode se estender por mais um tempo, até que tenham a  
32 aprovação final da CVND e possam proceder com isso de uma maneira mais completa. A  
33 Conselheira MARIA LUIZA MORETTI pergunta se a professora Heloise está propondo retirar  
34 de pauta. A Conselheira HELOISE OLIVEIRA PASTORE responde que sim, está propondo  
35 retirar de pauta para que possam analisar o processo completamente instruído. O Conselheiro  
36 LÉO PINI MAGALHÃES solicita que a PG esclareça sobre a apreciação da CAD de um  
37 documento que somente tem um *ad referendum*. Entende que com o *ad referendum* o processo  
38 corre sem passar por nenhuma instância decisória, que no caso aqui é a CAD, de tal forma que  
39 quando alcance a decisão a instância decisória esse *ad referendum* já tenha sido referendado  
40 pelas comissões que precedem a instância decisória. Então, solicita que a doutora Fernanda

1 esclareça essa questão, porque o incomodou exatamente pelo reflexo que pode ter em outras  
2 decisões. Não entende que o *ad referendum* elimine a necessidade da espera da CAD pela  
3 correta apreciação da matéria. Por outro lado, entende a urgência. Então, se for possível  
4 conciliar, não tem nada contra, mas está com uma certa dificuldade, da mesma forma que a  
5 professora Heloise colocou também. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT  
6 SILVADO diz que a CVND emite parecer, ela é uma instância que faz uma análise do processo  
7 e dá subsídios para a decisão da CAD. Se os membros da CAD estiverem já devidamente  
8 esclarecidos sobre o item da pauta, nada impede que eles votem, mesmo com *ad referendum* da  
9 CVND. É claro que, como foi dito, o *ad referendum* é sempre uma situação excepcional, em  
10 casos de urgência, não é uma prática. O Conselheiro ANTONIO GONÇALVES DE  
11 OLIVEIRA FILHO diz que a doutora Carolina Gontijo, que é a médica em questão, é contratada  
12 pelo Hospital de Clínicas, e está fazendo uma extensão de jornada no Caism por falta de pessoal  
13 para tocar a UTI. Essa é a extensão que é feita, dentro dos padrões legais, até 40h, para ela atuar  
14 no Caism, o recurso vai sair do Caism para ela fazer jornada regular diária. Então ela vai ficar  
15 40h na Unicamp, 30 no HC e 10 no Caism. Hoje ela dá alguns plantões no Caism, e são pagos  
16 pelo Caism. Isso é devido às dificuldades de contratação, necessidades de pessoas para dar o  
17 plantão, estão passando por extremas dificuldades de conseguir pessoas para dar o plantão, para  
18 cumprir as escalas no HC, diariamente possuem problema com escala do pronto socorro e das  
19 UTIs. O Caism também tem atendimento de Covid, tem UTI e tem necessidades urgentes.  
20 Então, foi feita essa proposta e deu o “de acordo” para atender ao Caism também, e acredita  
21 que por essa necessidade foi feito *ad referendum*, inclusive para evitar problemas jurídicos e  
22 éticos de deixar o posto de trabalho vago. Então é feita essa extensão para tentar cobrir aquele  
23 posto de trabalho, no caso do Caism com uma médica que é contratada do HC. Entende a  
24 posição do professor Léo, acha que precisam manter os rigores, atentar-se para não se perderem  
25 na condução, mas não considera necessário retirar de pauta. O MAGNÍFICO REITOR  
26 pergunta, considerando esses esclarecimentos, se é possível encaminhar a votação deste item,  
27 atendendo àquela demanda do professor Léo de que a deliberação inclua esse caráter de extrema  
28 excepcionalidade, ou se a professora Heloise acredita que devem colocar a retirada de pauta em  
29 votação. A Conselheira HELOISE OLIVEIRA PASTORE diz que abre mão da retirada de  
30 pauta. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria,  
31 que é aprovada com 15 votos favoráveis e 08 abstenções. Passa ao item 10 – Proc. nº 01-P-  
32 7288/1995 –, do Centro de Engenharia Biomédica, que trata da prestação de contas da área de  
33 prestação de serviços “Engenharia Hospitalar”, relativa ao exercício de 2019. Destaque do  
34 professor Francisco Aoki. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI solicita esclarecimento  
35 sobre o detalhamento de despesas que foi feito no sentido de produzir uma plataforma de  
36 cooperação ou desenvolvimento que trata da área de engenharia hospitalar, e supõe que deva  
37 ser para rastreamento de equipamentos médicos, do HC e/ou da área da Saúde. A pergunta é se  
38 esse sistema já está completo, se já está em uso ou em fase de cotação, já que é da competência  
39 de junho de 2019. O MAGNÍFICO REITOR diz que não está na reunião ninguém do CEB; não  
40 sabe se o professor Diniz poderia dar algum esclarecimento a respeito, ou alguém da área

1 médica. O CEB é um centro vinculado à Feec e à área médica também. O Conselheiro JOSÉ  
2 ALEXANDRE DINIZ responde que infelizmente não tem essa informação. O Conselheiro  
3 FRANCISCO HIDEO AOKI diz que não tem nenhum óbice que isso seja votado. Mas como é  
4 importante o desenvolvimento de um sistema desse para rastreamento de todos os equipamentos  
5 da área da Saúde, a questão seria só terem essa informação, que não precisa ser agora. Sendo  
6 algo que vem desde 2019, seria importante terem essa noção se isso está em fase de implantação  
7 ou se foi implantado em alguns setores. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai solicitar  
8 esclarecimento à direção do CEB, e trazem essa informação em uma próxima reunião. Não  
9 havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 19 votos  
10 favoráveis e 05 abstenções. Passa ao item 13 – Proc. nº 01-P-7897/2020 –, da Diretoria  
11 Executiva da Área de Saúde, que trata de 1) Termo de Aditamento ao Convênio de Parceria nº  
12 01/2020, entre as partes: Unicamp/Funcamp e Estado de São Paulo, por intermédio da  
13 Secretaria de Estado da Saúde, tendo como executores: Elinton Adami Chaim e Sarah Monte  
14 Alegre, data de assinatura: 31.08.20, e resumo do objeto: desconto de recurso de custeio nos  
15 meses de setembro a novembro do exercício de 2020, em virtude do não cumprimento de metas  
16 assistenciais de consulta médica no primeiro semestre de 2020 no AME São João da Boa Vista;  
17 2) Termo de Aditamento ao Convênio de Parceria nº 01/2021, data de assinatura: 30.12.20,  
18 recursos: R\$10.458.192,00 para o exercício de 2021, resumo do objeto: alterações de cláusulas  
19 do convênio – proposta de atendimento assistencial e orçamento financeiro para o exercício de  
20 2021, objetivando a colaboração das partes para a gestão do Ambulatório Médico de  
21 Especialidades – AME São João da Boa Vista. O item também foi destacado pelo professor  
22 Francisco Aoki. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI diz que esses dois itens, espécie  
23 1 e espécie 2, um data de agosto de 2020, e outro de dezembro de 2020, e um se refere a desconto  
24 de recursos de custeio de setembro a novembro, em virtude de não cumprimento de metas.  
25 Sabem que os hospitais com quem a Unicamp e Funcamp têm esse contrato de administração  
26 normalmente têm de cumprir metas, então, provavelmente no caso da pandemia etc., pode ter  
27 havido algum problema. E logo a seguir, no termo 2, termo de aditamento ao convênio de  
28 parceria, tem um valor de R\$10 milhões para o exercício de 2021, talvez seja o total para o  
29 AME de São João da Boa Vista, e esse também é um pedido de esclarecimento. O MAGNÍFICO  
30 REITOR solicita ao professor Rodrigo Lanna, responsável pela Cacc, que preste esse  
31 esclarecimento. O Professor RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA diz que se trata de  
32 uma revisão do orçamento, dado que não atingiu o número de consultas, devido, muito  
33 provavelmente, à pandemia. Um ponto adicional é que normalmente esses convênios de  
34 reanálise do orçamento chegam com pouco tempo para análise. Chegou dia 29 de dezembro  
35 para ser analisado, então tiveram de trabalhar com muita agilidade para assinar e colocar isso  
36 em rota. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete a matéria à  
37 votação, que é aprovada com 22 votos favoráveis e 02 abstenções. Passa ao item 22 – Proc. nº  
38 01-P-19600/2020 –, que trata da primeira revisão do orçamento 2021, com demonstrativo  
39 receita/despesa, destacado pela Mesa. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti. O  
40 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que foi realizada na semana a reunião da Comissão de

1 Orçamento e Patrimônio, e os números que o senhor Thiago, da Aeplan, vai apresentar trazem  
2 ao mesmo tempo boas notícias, no sentido de que a arrecadação, particularmente nesse primeiro  
3 trimestre, reagiu, se compararem com o que era a previsão colocada pela Secretaria de Fazenda.  
4 Mas quando comparam essa arrecadação com o mesmo período de 2020, janeiro a março de  
5 2020, verificam que a arrecadação em termos reais, utilizando o indicador oficial da inflação  
6 no Brasil, que é o IPCA, ainda mostra uma redução. A Secretaria da Fazenda não se manifestou  
7 sobre nenhuma revisão, então o que lhes cabe enquanto COP é trabalhar em cima da previsão  
8 ainda de receita da Secretaria, mas já trazendo essas mudanças, essas informações com relação  
9 ao comportamento de janeiro até março. Estão adotando essa posição ainda bastante prudente,  
10 com muita precaução, pois todos sabem do tamanho da crise, tanto da pandemia quanto os  
11 impactos na economia como um todo, há muita incerteza sobre como a economia vai reagir  
12 diante inclusive da retirada e depois retorno do auxílio emergencial, ainda que em patamares  
13 bem inferiores aos anteriores. Não bastasse isso, há ainda um quadro político bastante  
14 conturbado no país, e uma agenda dentro do próprio Congresso que também os preocupa,  
15 sobretudo um anúncio, sem muito detalhamento, de uma possível reforma tributária, que  
16 certamente afetará a Universidade enquanto instituição dependente da arrecadação do ICMS,  
17 repassada pelo governo do estado. Ou seja, o quadro de incerteza é muito elevado, e desse ponto  
18 de vista o parecer da COP reflete toda essa precaução, essa prudência. Alguns outros  
19 indicadores importantes, que não estão na apresentação que o senhor Thiago fará: uma  
20 comparação importante da relação entre a folha de pagamento e os valores liberados, o  
21 acumulado sempre de janeiro até março, um número que acha que já é um número importante,  
22 que reflete esse aumento de arrecadação, que é de 79%, no caso da Unicamp, embora um valor  
23 ainda superior ao que apresentam as universidades irmãs. No caso da Unesp, esse patamar está  
24 em 75%, e no caso da USP também, 75,5%. Então, há uma melhora clara nos resultados da  
25 Unicamp, mas ainda existe uma diferença significativa em comparação com as demais. O  
26 senhor Thiago vai trazer alguns números em relação às reservas, além da apresentação relativa  
27 à evolução tanto das receitas quanto das despesas. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA  
28 mostra que no final da primeira revisão orçamentária, a Universidade apresenta hoje um déficit  
29 de, praticamente, R\$50 milhões, considerando todas as despesas orçamentadas. Mas, quando  
30 trazem esses valores somente para 2021, as despesas desse exercício, desconsiderando o Grupo  
31 X, que são os saldos de anos anteriores, a Universidade já apresenta um superávit de,  
32 praticamente, R\$80 milhões. Porém, quando se colocam todas as despesas, a Universidade  
33 ainda tem as despesas a 103,48% frente as receitas do tesouro do estado. Trataram, nesta  
34 primeira revisão orçamentária, de fazer exatamente uma atualização, então aqui não estão  
35 apresentando nada diferente do que havia sido aprovado na proposta para 2021. A única  
36 alteração é que, como a proposta foi aprovada imaginando a Universidade funcionando com  
37 trabalho presencial, nesta primeira revisão estão estendendo o período de trabalho remoto até o  
38 final de junho. O que consideraram de queda de despesas no primeiro trimestre, estão inserindo  
39 para o segundo trimestre, e se a Universidade permanecer em trabalho remoto, poderá haver  
40 uma redução ainda maior na segunda revisão orçamentária. Em relação às receitas, estão com

1 uma receita total de menos R\$23 milhões nesta revisão, um valor menor de 1%, sendo a  
2 principal mudança nas receitas do tesouro do estado. Na aprovação da proposta, quando  
3 apresentavam as receitas, apareceu um valor que vinha do estado, dividido em duas alíneas: as  
4 receitas do tesouro do estado, que comumente vem para a Universidade, e o que foi a invenção  
5 daquele projeto de lei orçamentária, os recursos condicionados, que nesse caso a arrecadação  
6 total era prevista em R\$118 bilhões, sendo R\$7 bilhões recursos condicionados à aprovação da  
7 PL, que traria alterações de alíquotas, de benefícios fiscais frente o ICMS. Na aprovação da  
8 LOA, a própria Alesp dá a possibilidade ao Poder Executivo de olhar esses valores  
9 condicionados e transferi-los para as funcionais respectivas, no caso da Universidade para o  
10 tesouro do estado, com a autorização de poder transferir parte, e o que não for transferido  
11 imediatamente seria cancelado. Dessa forma, apresentam, nesta primeira revisão orçamentária,  
12 que essa receita previsão total é reduzida para R\$116,9 bilhões; o que, de fato, acontece nas  
13 finanças da Universidade é que os R\$158 bilhões considerados como recursos condicionados  
14 na PDO deixam de existir e esses valores são transferidos, um valor menor, de R\$133 bilhões  
15 para os recursos do tesouro do estado. A partir de agora, durante o ano, acreditam que não vai  
16 mais existir condicionado, esse assunto passou, e agora entram em uma normalidade. Voltando  
17 para as previsões mensais, apresenta um gráfico em que a linha de baixo era o que saiu na  
18 proposta orçamentária inicial, e a linha de cima, em azul, é uma previsão de acordo com o  
19 decreto de execução do estado. A linha de cima apresenta o quanto, como o professor Sarti já  
20 falou, foi positiva a arrecadação desse primeiro trimestre, e volta a reforçar a total  
21 imprevisibilidade do que vai acontecer no futuro, uma vez que apesar de março ter sido o mês  
22 de maior isolamento, gostam sempre de avisar que isso vem refletido no mês seguinte. Então,  
23 toda fase emergencial que aconteceu em São Paulo deve ser refletida agora na arrecadação de  
24 abril. Não sabem exatamente o quanto isso vai diminuir, e isso vai dar um parâmetro para seguir  
25 o ano, com todas essas incertezas. O professor Sarti já se referiu aos auxílios, mas é importante  
26 lembrar que não é somente o auxílio emergencial que vai para as pessoas, aqueles R\$600,  
27 depois R\$300, é todo auxílio que está vindo para a economia: ajuda às empresas, liberação de  
28 crédito, investimentos que estão acontecendo principalmente na área da Saúde, todo esse  
29 recurso que está circulando hoje, mas não imaginam como vai ser após a pandemia. Tudo isso  
30 gera esse período de incerteza, e trazendo isso para comparação com os outros anos, como o  
31 professor Sarti já informou, a previsão de arrecadação para 2021 está muito próxima da de  
32 2020; o primeiro trimestre está abaixo de 2020, e quando fazem essa comparação no mês a mês,  
33 percebem que a arrecadação prevista, que é a linha em azul, está muito próxima das  
34 arrecadações de anos anteriores, 2019, 2018. Em amarelo, que é 2020, é totalmente fora da  
35 curva por causa dos efeitos da pandemia. Esse é um panorama geral de como está o ICMS hoje.  
36 A receita própria da Universidade também sofre redução nesta primeira revisão, de  
37 aproximadamente R\$2 milhões, e aqui entram dois pontos: as aplicações financeiras se  
38 recuperam um pouco, graças ao aumento de juros, e a forte arrecadação dos últimos meses  
39 fizeram as aplicações financeiras renderem um pouco mais nessa primeira revisão. Por outro  
40 lado, as outras receitas, principalmente as receitas de restaurante, também são impactadas pelo

1 isolamento. No gráfico, mal dá para perceber o risco laranja na primeira revisão, que representa  
2 as receitas de doações. Receberam R\$600 mil de doação este ano, muito diferente do ano  
3 passado, quando essa arrecadação nessa época do ano já estava em R\$13 milhões,  
4 aproximadamente. Este é um ponto que frizam, porque muitas despesas foram pagas em 2020  
5 com doações, que não existirão este ano. Em relação às despesas, elas situam-se 6,4% abaixo  
6 do estimado inicialmente. Vai mostrar somente os pontos com maior importância nesses  
7 valores: Pessoal apresenta uma queda de R\$19,5 milhões, muito em razão do fato de a  
8 Universidade estar impedida de fazer acréscimos de folha salarial por conta da lei  
9 complementar 173, portanto esses valores vêm caindo como nas últimas revisões. O grupo de  
10 utilidade pública e restaurantes apresenta também uma queda devido à manutenção das  
11 atividades remotas. A queda mais forte é nos restaurantes universitários. Como já foi  
12 apresentado, isso continua com a manutenção das atividades remotas, pois poucas pessoas vêm  
13 à Universidade, mas isso pode até aumentar até o final do ano. A outra grande mudança é nas  
14 receitas próprias da Universidade. Volta nos recursos condicionados, nas receitas: com a  
15 imprevisibilidade do recebimento desses recursos em 2020, foi lançada na receita própria uma  
16 reserva no mesmo valor de R\$158 milhões. Então, quando saíram aqueles R\$158 milhões da  
17 receita, eliminaram isso das despesas também, o que provocou essa queda brusca nos valores.  
18 Tratando somente as receitas próprias, desconsiderando os recursos condicionados, a despesa  
19 que estava estimada em cerca de R\$3 milhões sobe para R\$7,5 milhões, e frisa que já estão  
20 lançando aquela diferença de recursos de doações que foram recebidas em 2020 mas não foram  
21 executadas a tempo. Então elas entram nesta primeira revisão orçamentária fazendo as despesas  
22 com doações no valor de R\$5,2 milhões, somando com as despesas de 2021. Os outros itens de  
23 despesas têm somente transferências de recursos entre os grupos de despesa, para facilitar a  
24 execução do exercício. E com essas alterações, tanto com a queda de R\$23 milhões nas receitas,  
25 como com a diminuição de R\$182 milhões nas despesas, saíram de um déficit inicial de  
26 R\$208,6 milhões para R\$49,8 milhões nesta primeira revisão orçamentária. Observa que foi  
27 aprovado na COP que caso haja alguma mudança forte no cenário, que precise fazer alguma  
28 alteração dentro da revisão, abrirão a possibilidade de antecipar a segunda revisão orçamentária  
29 para efetuar essas mudanças. O gráfico final apresenta esse crescimento nos últimos meses da  
30 reserva estratégica, que na verdade é o saldo financeiro, finalizando o mês de março com R\$515  
31 milhões na conta da universidade. Fica à disposição para maiores esclarecimentos. O  
32 Conselheiro FERNANDO SARTI reforça que quando tiveram a diretriz orçamentária do  
33 estado, o estado tinha colocado recursos com ordem de R\$7 bilhões condicionados, o que  
34 representava para a Universidade R\$157 milhões. Prudentemente, R\$157 milhões foram  
35 lançados tanto como receita, como despesa. A partir da lei orçamentária de dezembro de 2020,  
36 retiraram-se esses recursos provisionados, e na nova previsão do estado foram adicionados  
37 R\$133 milhões. Eles entraram apenas como receitas, e não foram lançados mais como despesa  
38 naquela cautela dos recursos provisionados, condicionados. A partir daí podem observar que se  
39 considerarem o que está previsto em termos de despesas e receitas, de janeiro a março, já dados  
40 efetivos, e a partir de então previsões até o final do ano, nas despesas e receitas para o ano de

1 2021 teriam um superávit por volta de R\$80 milhões. Se considerarem o saldo que chamam de  
2 transações dos recursos não empenhados, que estão por volta de R\$130 milhões, isso os deixaria  
3 com um déficit de R\$50 milhões. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES solicita um  
4 esclarecimento: quando se fala em reservas, pergunta se estão considerando as reservas  
5 excluindo a reserva que fazem para pagar décimo terceiro, férias e obrigações patronais que  
6 vão sendo acumuladas mês a mês. Porque esses valores estão sendo agregados e não são  
7 considerados reserva, ou seja, é reserva com uma despesa obrigatória. O Conselheiro  
8 FERNANDO SARTI confirma que é isso. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que  
9 outra questão bastante interessante é a diminuição do déficit para R\$50 milhões, que era da  
10 ordem de R\$200 milhões. Não participou dos últimos orçamentos, mas nota que houve uma  
11 diminuição imensa do déficit; pergunta se entendeu corretamente. O Conselheiro FERNANDO  
12 SARTI confirma que sim, e isso ocorreu por conta exatamente do lançamento desses R\$133  
13 milhões agora na lei orçamentária de dezembro de 2020, que entraram como receita. Então  
14 teriam de abater desse déficit esses R\$133 milhões, por isso há essa redução. O Conselheiro  
15 LÉO PINI MAGALHÃES pergunta se isso é dinheiro ou contabilidade. O Conselheiro  
16 FERNANDO SARTI responde que estão falando das duas coisas. Primeiro, evidentemente  
17 estão fazendo uma previsão orçamentária, por isso inclusive toda essa discussão em termos da  
18 imprevisibilidade, das incertezas para a frente. Mas, o estado, imaginando o quanto ele vai  
19 arrecadar, ele está repassando a mais à Unicamp, dentro dessa sua previsão de arrecadação,  
20 R\$133 milhões. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que foi chamada a atenção em  
21 algum ponto do relatório de que houve um aumento de 3,48% na despesa. O senhor THIAGO  
22 BALDINI DA SILVA diz que considerando o geral das despesas da Universidade, tudo o que  
23 está orçamentado, se for executado no exercício exatamente como está na previsão, ele vai ficar  
24 3,48% a mais do que vão receber de receitas do tesouro do estado em 2021, correspondendo a  
25 R\$50 milhões de impacto no saldo financeiro da Universidade. Imaginando que recebessem  
26 todos os recursos hoje e gastassem tudo hoje, R\$50 milhões seria o que sairia do saldo  
27 financeiro da Universidade para pagar essa diferença. O MAGNÍFICO REITOR observa que  
28 se incluem aí também aqueles supostos dinheiros de exercícios anteriores, associados  
29 principalmente às unidades, que são dinheiros alocados, mas que não foram executados. O  
30 Conselheiro FERNANDO SARTI confirma, e são no valor total de R\$129 milhões. O  
31 Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que uma última observação, que não tem a ver  
32 exatamente com isso, mas pode ter um impacto: ontem, em uma mensagem do departamento a  
33 que pertence, foi levantado que o acesso à base de revista do IEEE está suspenso por algum  
34 problema financeiro junto à Capes. Não sabe se é do conhecimento de algum dos pró-reitores,  
35 mas isso poderia até acarretar um problema financeiro em um segundo momento, se isso se  
36 confirmar. De qualquer forma, não conseguiu confirmar isso, mas no acesso à base de trabalhos  
37 do IEEE o acesso é vedado e aparece uma observação de que o IEEE está em contato com a  
38 Capes do Brasil para resolver o problema. Não sabe se algum dos pró-reitores, de pós-graduação  
39 ou de pesquisa, tem conhecimento do fato. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz  
40 que está no Consu há sete mandatos, teve várias passagens pela CAD e pela COP, só que no

1 regimento o mandato de dois anos, em um ano é titular e no seguinte é suplente, então vem de  
2 uma suplência, e suplência não fala e não vota. Recuperou a titularidade agora neste mandato e  
3 gostaria de fazer alguns comentários sobre o orçamento. Apesar de estar suplente, não deixou  
4 de acompanhar o orçamento, e agora com a titularidade deseja recuperar o raciocínio e a  
5 participação. Não vai repetir a apresentação do senhor Thiago, a apresentação da Aeplan sempre  
6 é boa e clara, sempre conseguem ter o entendimento do que está colocado no orçamento, e  
7 posteriormente nas revisões que fazem do orçamento. Sobre o comprometimento de 103,48%,  
8 colocará alguns elementos que acha que influenciaram no orçamento de 2020 e que estão  
9 influenciando agora no orçamento de 2021. Um dos que o senhor Thiago colocou de maneira  
10 bem breve é a questão da lei complementar 173, que tem validade até 31 de dezembro de 2021,  
11 e dos vários elementos que estão colocados nela, a lei que estabeleceu o programa federativo  
12 de enfrentamento ao coronavírus, que em um primeiro momento promoveu aporte, que não foi  
13 pequeno, de recursos aos estados e municípios, influenciou bastante no orçamento de 2020. Há  
14 também a influência do auxílio emergencial, que foi robusta em 2020, mas em 2021 não sabe  
15 se tem tanta influência assim no orçamento, alguma há de ter, mas há vários elementos que têm  
16 influência direta no resultado do orçamento. Cita o fato de que a lei proíbe a concessão de  
17 qualquer reajuste salarial, ou de benefícios aos servidores públicos, em 2020 e 2021. Não  
18 tiveram dissídio, os auxílios estão congelados, e isso vai acontecer em 2021 porque a lei tem  
19 validade até dezembro de 2021. Para além disso, existem limitações impostas sobre os  
20 concursos públicos para admissão de servidores, tanto Paepe quanto PQ, quanto os docentes.  
21 As poucas admissões que têm acontecido em 2020 e 2021 se dão por excepcionalidade, porque  
22 há essa limitação imposta pela lei complementar 173. Tem limitação imposta sobre os  
23 concursos públicos para o cargo de professor titular, por exemplo; limitações impostas sobre as  
24 progressões por mérito, que não ocorreram em nenhuma carreira em 2020 e não vai acontecer  
25 em 2021. Esses elementos da lei complementar 173 têm influência direta no nosso resultado  
26 em 2020 e 2021. Um outro elemento, que a Aeplan também cita na apresentação, que também  
27 não é novidade, já viram isso em outras revisões, é a questão da suspensão das atividades. A  
28 Unicamp está com atividade suspensa desde março de 2020, e obviamente isso diminui o  
29 custeio. Mas um dia vão fazer a retomada. No seu entendimento, tem influência também a  
30 questão da mudança da contribuição dos servidores aposentados. Há vários movimentos para  
31 que isso seja revisto, não sabe se é possível ou não. Está falando essas coisas para dizer que não  
32 estão caminhando para o caminho da normalidade, mas algum dia, não sabe quando, voltarão a  
33 caminhar no caminho da normalidade. A retomada das atividades presenciais terá impacto no  
34 orçamento. Todos esses elementos que colocou da lei complementar 173 geraram várias  
35 demandas reprimidas, que assim que não houver mais as imposições que estão colocadas por  
36 ela aparecerão nas discussões. Como já foi falado pelo professor Fernando Sarti, há várias  
37 incertezas, principalmente no Brasil. Então, precisam ficar atentos e acompanhar a próxima  
38 revisão do orçamento, pois talvez algumas coisas já mudem na próxima revisão. O Conselheiro  
39 ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI concorda com cada um dos fatores que o senhor Adilton  
40 colocou. No mês de abril, ainda mais em um ano tão excepcional como esse, fazer a projeção

1 para o final do ano sofre dos problemas de qualquer exercício contábil que o orçamento é.  
2 Economista adora dizer que orçamento é uma peça de ficção, e no Brasil de 2020, de 2021, é  
3 mais ainda. E isso não é nem de longe por conta da qualidade do trabalho aqui da Aeplan, da  
4 PRDU, é que a situação é muito difícil, e o exemplo melhor disso é o ano passado, quando  
5 começaram o ano otimista, dois primeiros meses otimistas, o meio do ano catastrófico, com  
6 receio de não pagar o salário no final do ano, e no final do ano foi muito mais tranquilo do que  
7 se imaginou em algum momento ao longo do ano. Em 2021, essa excepcionalidade  
8 aparentemente vai continuar. Mas a projeção de superávit de R\$80 milhões só considerando as  
9 despesas e receitas de 2021, ou déficit de R\$50 milhões com os recursos carregados do ano  
10 passado, têm esse caráter, ela é feita em abril, é um cenário longe de ser definitivo. Podem até  
11 acertar, ou chegar perto, mas pode acontecer muita coisa para os dois lados, então precisam  
12 tomar cuidado. Foi ótimo o senhor Adilton ter enumerado as coisas, e vai pedir a pedir a  
13 confirmação do professor Fernando e do senhor Thiago sobre o grau de importância de cada  
14 um dos determinantes dessa situação de hoje. Pelo lado das receitas, acha que existem as duas  
15 coisas, a dinâmica econômica e a própria arrecadação que acabou reagindo no segundo semestre  
16 do ano passado, e a inclusão desses recursos condicionados, agora que entraram como receita  
17 mesmo. Acha que a importância dessas duas coisas não é a mesma, e que essa inclusão de  
18 recursos condicionados, que têm a ver com a mudança na alíquota, se não for revertida, como  
19 o senhor Adilton comentou, tende a ser um pouco mais permanente. Já a arrecadação, a  
20 dinâmica econômica, a relação entre nível de atividade do Estado de São Paulo e no Brasil se  
21 perdeu, qualquer relação mais linear, e entre o nível de atividade e arrecadação também ela está  
22 muito imprevisível. Não dá para fazer uma correlação muito sólida etc. Acha que o cenário de  
23 crescimento econômico do Brasil nas últimas semanas tem piorado, mas isso também não é  
24 garantido, ano passado o Brasil caiu 4% do PIB e a arrecadação de São Paulo ficou mais ou  
25 menos igual, cresceu até um pouco. Tem a ver com o auxílio emergencial sim, mas tem a ver  
26 com a característica da economia de São Paulo, qual setor que retomou ou não etc. E pelo lado  
27 da despesa, vê com muito mais clareza: entre os dois determinantes da redução das despesas, a  
28 Universidade funcionando remotamente, o que reduz alguns custos de contratos e despesas  
29 relacionadas à presença física, e os decorrentes da lei complementar 173, não há comparação,  
30 o que segurou mesmo foi esta última, que proibiu o reajuste dos salários, interrupção das  
31 progressões etc. A consequência disso é o alívio na folha agora, mas é uma pressão bastante  
32 importante contratada desde já para o início de 2022. Então, ponderando um pouco essas coisas,  
33 acha que isso não pode, de jeito nenhum, não ser levado em conta, que é um alívio incerto, em  
34 um cenário difícil de vislumbrar para frente, e que ele certamente tem um custo postergado, que  
35 é o que todos aqui sabem muito bem, que é a questão principal, a remuneração. O Conselheiro  
36 FERNANDO SARTI concorda totalmente com as falas do senhor Adilton e do professor André  
37 sobre os fatores que têm afetado tanto o lado da receita quanto o lado da despesa, ou que ainda  
38 afetarão. Não havia mencionado a lei complementar 173, mas é de conhecimento de todos os  
39 limites que ela tem imposto para retomarem na Universidade a tão sonhada valorização  
40 profissional, a progressão das carreiras, poderem repor e contratar em áreas que estão bastante

1 deficientes. Também o reajuste salarial, pois todos sabem que estão com salários defasados e o  
2 quanto ainda precisam realizar investimentos de infraestrutura na Universidade. De um lado,  
3 possuem essas demandas, que são muito claras e, por outro lado, há dois graus diferentes de  
4 limitação: de um lado é a própria lei que impõe, e a outra é o comportamento das receitas.  
5 Então, em relação à lei, como bem colocou o Adilton, sua vigência é 31 de dezembro, mas  
6 também, no panorama político que estão vivendo hoje, nada impede que isso seja antecipado.  
7 Estão entrando praticamente em ano eleitoral, há uma briga entre governo federal e estadual, e  
8 pode acontecer de a lei ser modificada. Tanto antecipada sua vigência, quanto postergada, tudo  
9 é possível. São obrigados a trabalhar em cima dos dados, das informações existentes, mas a lei  
10 sem dúvida impõe um limite importante. Em relação à receita, também concorda com tudo que  
11 o professor André colocou, inclusive chamou muito a atenção dentro da COP que o período  
12 pior em 2020 não teria sido o primeiro trimestre, a queda maior foi em período posterior. Então  
13 precisam tomar em conta isso quando fizerem essas comparações, de olhar para o  
14 comportamento de 2021 em relação a 2020; possuem a expectativa aqui de que os resultados  
15 de 2021, do segundo trimestre, sejam bem superiores aos do segundo trimestre de 2020, quando  
16 realmente a recessão se aprofundou. Já não sabem qual vai ser em relação ao segundo semestre  
17 de 2021 contra o segundo semestre de 2020. Com relação à previsão da Secretaria da Fazenda,  
18 têm observado que os números estão sendo mais favoráveis, mas também acha que existem  
19 alguns fatores, e por isso desejam retomar a comissão de planejamento, para monitorar de perto  
20 essa evolução da receita do ICMS. Primeiro houve uma mudança, não pequena, nas alíquotas  
21 do ICMS em São Paulo, isso teve impacto. O senhor Adilton tem toda razão, não é só a questão  
22 dos recursos vindos do governo federal para os governos estaduais e o auxílio emergencial,  
23 também outros fatores influenciaram. Estão em contato com a Secretaria de Fazenda para  
24 entender o que explicaria esse comportamento de fevereiro e março, até para saber se podem  
25 entender isso como uma tendência, ou simplesmente um ponto fora da curva. Acha que esse vai  
26 ser um papel importante da Comissão de Planejamento e Acompanhamento Econômico, de  
27 subsidiar a CAD e o Consu sobre a evolução não apenas desses fatores que influenciam na  
28 receita, mas também em que situação se encontra a questão da reforma tributária, que é outro  
29 fator que preocupa muito no sentido de como ficaria a questão da autonomia universitária em  
30 uma possível reforma do ICMS. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR  
31 submete à votação a matéria, que é aprovada com 23 votos favoráveis e 01 abstenção. Nada  
32 mais havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente do seguinte assunto:  
33 I – A – Designação de Gratificação de Representação Docente, nos termos da Deliberação  
34 Consu-A-22/17 – 01) Proc. nº 10-P-22530/2004 – Laura Letícia Ramos Rifo – Imecc – Chefe  
35 de Departamento. Em seguida, passa a palavra aos inscritos no Expediente. O Conselheiro  
36 MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que hoje viu que foi editada a Resolução  
37 GR-40/2021, que permite a retomada das atividades presenciais, limitada a até 20% da  
38 Administração Central. Solicita esclarecimento se isso é só para regularizar as pessoas que já  
39 estão fazendo atividades presenciais nas áreas dos órgãos centrais, ou se isso já é uma mudança  
40 de postura da Reitoria sobre o que foi feito até agora. A Conselheira MARIA LUIZA

1 MORETTI informa que uma boa parte da Administração Central está trabalhando  
2 presencialmente, e calcularam que são mais ou menos 20% das pessoas, um pouco menos até,  
3 da Administração Central que estão presentes aqui. Então a resolução é para regulamentar isso.  
4 Aproveita a oportunidade para informar que deram início à revisão de todos os GTs que foram  
5 instituídos na Administração anterior, porque eles foram indicados no começo da pandemia, de  
6 março até julho, mais ou menos, e muito do que foi colocado e decidido tem de ser renovado,  
7 tem de ser olhado agora à luz do momento atual. Naquele momento não existia vacina ainda, a  
8 vacinação não estava em curso no país, então todas as medidas que foram advogadas naquele  
9 momento não incluíram o recurso da vacinação. Então esse é um trabalho que estão retomando,  
10 todos os 11 GTs, para rever os participantes, pois muitos deles pediram para se afastar, e  
11 também para rever as decisões que foram tomadas em todos os projetos que estavam em  
12 andamento, devido ao momento e à dinâmica atual da Covid na cidade de Campinas e no Estado  
13 de São Paulo. Na última GR, já constava que órgãos da Administração Central, dos centros e  
14 núcleos, e dos institutos e faculdades, poderiam designar os membros que considerassem que  
15 fossem importantes para se manterem de forma presencial. Então, apesar dessa decisão já estar  
16 na penúltima GR, julgaram que seria importante referendar esse item, colocando inclusive um  
17 número de percentual de pessoas aqui presentes, então foi esse o motivo da GR atual, ela diz  
18 respeito muito mais a nós aqui da administração central. Mas, se nós nos remetermos à antiga,  
19 ela fala de outros órgãos: administração central, centros e núcleos, faculdades e institutos  
20 também. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que se inscreveu para tratar da  
21 Semana Brasileira de Enfermagem. É enfermeiro, diretor do Sindicato dos Enfermeiros do  
22 Estado de São Paulo e tem uma relação muito próxima com a área da Saúde da Unicamp, até  
23 por ter trabalhado lá. Na semana de 12 a 20 de maio é comemorada no Brasil a Semana  
24 Brasileira de Enfermagem, promovida pelas entidades representativas da Enfermagem. Essa é  
25 a edição de número 82, e o objetivo neste ano é reafirmar a importância dos trabalhadores da  
26 Enfermagem. No Brasil são cerca de 2,5 milhões trabalhadores em defesa da vida, agora  
27 trabalhando no contexto de aprofundamento da crise sanitária, do recrudescimento das crises  
28 social, política e econômica que estão presentes aqui no Brasil. Para isso, o tema central  
29 definido para este ano é: “O trabalho em Enfermagem no contexto de crise”. Desse tema central  
30 foram definidos dois eixos, que são aglutinadores de debates, mobilizações e participação de  
31 profissionais e estudantes de Enfermagem em todo o Brasil. O eixo 1 tem como tema: “Em  
32 defesa do trabalho e da educação em Enfermagem: saúde, dignidade e valor”, e o eixo 2 tem  
33 como tema “Em defesa da sustentabilidade do SUS, da saúde e da vida em sua diversidade”.  
34 Terão uma programação vasta em todos os estados e municípios: em Campinas, a Faculdade de  
35 Enfermagem da Unicamp está inserida na programação, e para o dia 15 de maio estão  
36 programando um ato que vai acontecer presencialmente na Praça Arautos da Paz, seguindo os  
37 protocolos de segurança, portanto ele está limitado à participação de 100 pessoas, e o restante  
38 convidam para que acompanhem a atividade de maneira remota. Têm feito divulgação quase  
39 diariamente nas redes sociais, isso está circulando bastante. Para o dia 17 de maio, estão  
40 organizando uma audiência pública na Câmara dos Deputados, presencial, em que vão debater

1 as condições de trabalho na Enfermagem, e obviamente as condições de trabalho de  
2 Enfermagem no Brasil possuem várias desigualdades. E no dia 20 farão também um ato  
3 presencial em Brasília, seguindo os protocolos de segurança, e dele poderão participar os  
4 dirigentes representantes das entidades da Enfermagem. Convida as pessoas para participarem  
5 de maneira remota; os *links* também têm sido divulgados diariamente nas redes sociais e nos  
6 grupos de Whatsapp dos trabalhadores da área da Saúde. O MAGNÍFICO REITOR passa a  
7 palavra aos pró-reitores. O Professor IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO informa que o  
8 vestibular indígena vai acontecer no dia 20 de junho; ele já foi adiado duas vezes e a impressão  
9 é que neste momento há condições sanitárias de ele ser realizado, porque 80% dos povos  
10 indígenas estão vacinados. Coloca a Pró-Reitoria de Graduação a serviço de todos, estará  
11 sempre de portas abertas para recebê-los. O Professor JOÃO MARCOS TRAVASSOS  
12 ROMANO cumprimenta os membros da CAD e também deixa a PRP de portas abertas a todos  
13 que precisarem. Está há uma semana no cargo, aprendendo bastante, encontrou uma equipe  
14 bastante enxuta, mas muito engajada, e já nomeou os seus dois assessores, que são os  
15 professores Leonardo Tomazeli Duarte, da FCA, e o professor Marcelo Brocchi, do IB. A ideia  
16 é que façam uma gestão bastante compartilhada e que sejam interlocutores dos colegas de todas  
17 as unidades. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO cumprimenta todos  
18 os colegas docentes, funcionários e alunos que compõem a CAD. É realmente um enorme  
19 prazer estar aqui participando desta primeira reunião como Pró-Reitor de Extensão e Cultura.  
20 A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura sofreu na gestão passada uma modificação bastante  
21 significativa e foi incluída, além de toda parte de extensão, também toda parte de cultura  
22 organizada em diretorias. Vão dar continuidade ao trabalho que já havia sido iniciado,  
23 aumentando sua abrangência. Sendo a extensão, e obviamente também a cultura, ramos  
24 importantes da tríade ensino, pesquisa e extensão da Universidade, é importante que realmente  
25 façam toda política de extensão voltada para poder atender as demandas da Universidade e da  
26 sociedade. Informa que a Unicamp vai integrar o Conselho Municipal do Idoso de Campinas,  
27 uma demanda que estava sendo trabalhada desde 2017. A Universidade no momento é  
28 representada pelas senhoras Isabel Floriano e Simone Ferreira, ambas do programa  
29 UNIVERSIDADE. É importante participar do Conselho Municipal do Idoso de Campinas porque  
30 ele tem vários editais voltados para a criação de programas que melhorem a qualidade de vida  
31 do idoso, e também para construção de espaços de vivência do idoso. Então, é possível, na  
32 verdade, a partir do momento em que fazem parte desse conselho, qualificar-se para participar  
33 desses editais, que podem injetar recursos bastante significativos. O último foi um edital de R\$3  
34 milhões, então é bastante importante poder participar disso. O outro informe é que a ProEC  
35 anunciou recentemente, e as inscrições terminam agora no próximo dia 07.05, a abertura de  
36 inscrições do cursinho preparatório para os vestibulinhos. É uma ação já antiga da ProEC,  
37 através do cursinho popular Malunga Thereza Santos, de contribuir ministrando aulas de  
38 reforço, em várias disciplinas do ensino fundamental, para alunos de escolas públicas que  
39 queiram se candidatar às vagas dos vestibulinhos do Cotil e Cotuca. É uma ação extremamente  
40 importante e de muito sucesso, que abre alternativas muito interessantes de oportunidade para

1 alunos de escola pública. As informações estão disponíveis no *site* da ProEC, e é realmente  
2 alguma coisa de bastante impacto para os colégios e entre os alunos. Como os colegas que o  
3 antecederam, deixa claro que a ProEC está disponível para atender a todos os colegas, a toda a  
4 comunidade da Universidade que tenha interesse. As portas da Pró-Reitoria estão abertas para  
5 poder colaborar no que for necessário. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI coloca a  
6 CGU à disposição de todos os conselheiros, como também à disposição da comunidade da  
7 Unicamp para os assuntos que forem pertinentes a esta Coordenadoria. Deixa os parabéns ao  
8 grupo de Enfermagem, de cujo sindicato o conselheiro Adilton é diretor, e manifesta seu  
9 reconhecimento a todo o trabalho desempenhado pelos profissionais da Enfermagem, que são  
10 os maiores parceiros que possuem dentro da assistência. Parabéns a todos vocês pela semana  
11 do enfermeiro. O MAGNÍFICO REITOR parabeniza o conselheiro Adilton pela iniciativa dessa  
12 comemoração da Enfermagem. Acompanharam de perto recentemente as atividades na área da  
13 Saúde, portanto sabem da enorme importância que esses profissionais possuem, em particular  
14 neste momento de extrema dificuldade por que passa o país em função da pandemia. Então essa  
15 iniciativa é de extrema importância para reconhecer e homenagear esses profissionais. Informa  
16 que o prefeito indicado do *campus*, o senhor Juliano Finelli, teve de sair da reunião um pouco  
17 antes do final, mas mandou abraços a todos. Outro informe, que os deixa muito feliz, mas um  
18 pouco preocupados também, é que na manhã de hoje foram anunciados os grupos de  
19 pesquisadores que foram contemplados com propostas de financiamento de pesquisa, de grande  
20 vulto, relacionadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações, e com a participação  
21 também bastante relevante da Fapesp. Foram seis propostas contempladas em todo o país, sendo  
22 três do Estado de São Paulo: uma é da USP, uma é do IPT e outra é da Unicamp, um projeto  
23 cuja sigla é BIOS: Brazilian Institute Of Data Science. Ele é coordenado pelo professor João  
24 Romano, então sua preocupação é um pouco que ele consiga compatibilizar esse desafio com  
25 seu papel na Pró-Reitoria de Pesquisa. Esse projeto inclui docentes da FCM, da Feagri, da Feec,  
26 do IC, do Imecc, do IFGW, do IE e da FCA, pesquisadores do Cepagri, além de colaborações  
27 com a Universidade Federal do ABC, com a USP, com o ITA e com a Universidade Federal do  
28 Amazonas, além de empresas, como a FITec, a Fundação CPQD, hospitais como Albert  
29 Einstein e Vera Cruz, entre outras instituições. Parabeniza formal e oficialmente o professor  
30 Romano pela conquista desse centro de pesquisa em inteligência artificial, que são desses  
31 grandes projetos, cofinanciado, no caso, pela Fapesp. Em seguida, propõe os votos de pesar às  
32 famílias de: José Divino Barbosa, servidor do Lume Teatro, que faleceu no dia 26 de abril;  
33 Mariley Simões Floria Gouveia, professora aposentada do IG, que faleceu no dia 1º de maio; e  
34 Leôncio Martins Rodrigues Netto, professor aposentado do IFCH, que faleceu no dia 03 de  
35 maio. Nada mais havendo a tratar, o MAGNÍFICO REITOR declara encerrada a Sessão e, para  
36 constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a  
37 Aline Marques que a digitasse para ser submetida à aprovação da Câmara de Administração.  
38 Campinas, 04 de maio de 2021.

***NOTA DA SG:** A presente Ata foi aprovada na **367ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO**, realizada em 1º de junho de 2021, sem alterações.*